

# Sumário

---

*Apresentação*, xi

*Introdução*, 1

**1 Das Sanções Administrativas, 3**

- 1 Conceito de sanção, 3
- 2 Sanção como custo, 6
- 3 Conceito de sanção administrativa, 10
- 4 Direito Administrativo Sancionador, 15

**2 Princípios do Ato Administrativo Sancionatório no Código de Defesa do Consumidor, 19**

- 1 Aspectos gerais, 19
- 2 Princípio da legalidade, 20
  - 2.1 As disposições do Código de Defesa do Consumidor, 22
  - 2.2 Regulamentos, portarias e demais atos administrativos, 27
- 3 Princípio da tipicidade, 33
  - 3.1 Tipicidade, cláusulas gerais e conceitos legais indeterminados, 38
- 4 O princípio da culpabilidade, 44
  - 4.1 A necessidade de culpa nas sanções administrativas com base no Código de Defesa do Consumidor, 49
  - 4.2 A situação dos profissionais liberais, 53

- 5 Princípio da personalidade, 55
- 6 Princípio da finalidade – interesse público ou social, 58
- 9 Princípio do *non bis in idem*, 63

### **3 Das Sanções Administrativas no Código de Defesa do Consumidor, 67**

- 1 Breve histórico, 67
- 2 Sanções administrativas no Código de Defesa do Consumidor, 70
- 3 Competência para normatização, controle e fiscalização da produção e distribuição de bens e serviços de consumo, 72
- 4 Rol de sanções administrativas aplicáveis, 77
  - 4.1 Apreensão do produto, 79
  - 4.2 Da inutilização do produto, 82
  - 4.3 Cassação do registro junto ao órgão competente, 87
  - 4.4 Proibição de fabricação do produto, 88
  - 4.5 Suspensão do fornecimento de produto ou serviço, 90
  - 4.6 Suspensão temporária da atividade; interdição, total ou parcial, de estabelecimento, de obra ou de atividade, 91
  - 4.7 Revogação de concessão ou permissão de uso e cassação de licença do estabelecimento, de obra ou de atividade, 93
  - 4.8 Interdição administrativa, 94
  - 4.9 Contrapropaganda, 94
  - 4.10 Multa, 97
- 5 Da regulamentação do Código de Defesa do Consumidor, 107
  - 5.1 O Decreto nº 861/1993, 114
  - 5.2 O Decreto nº 2.181/1997, 116
    - 5.2.1 Órgãos ou entidades integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), 118
    - 5.2.2 Fiscalização, 118
    - 5.2.3 Das práticas infrativas, 119
    - 5.2.4 Penalidades administrativas, 120
    - 5.2.5 Destinação da multa e administração dos recursos, 120
- 6 Do processo administrativo, 121

### **4 Conflitos na Aplicação das Sanções Administrativas no Código de Defesa do Consumidor, 127**

- 1 Órgãos integrantes do Sistema Nacional de Proteção e Defesa do Consumidor, 127
- 2 Conflitos verticais – conflito de competência entre órgãos administrativos de defesa do consumidor no âmbito estadual e municipal, 136
- 3 Conflitos horizontais – conflito de competência entre órgãos de proteção e defesa do consumidor e órgãos setoriais, 139

- 4 Infrações continuadas, 144
  - 5 Reincidência, 147
  - 6 Prescrição, 149
  - 7 Termo de ajustamento de conduta, 152
- 5 O Sistema Nacional de Informação e Defesa do Consumidor (SINDEC), 158
- 6 Conclusão, 163
- 7 Jurisprudência, 165
- Bibliografia*, 193